

MENINOS DE RUA: REFLEXÕES PARA UMA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA AO MESMO TEMPO QUIXOTESCA
E REALISTA (*)

Luciano Oliveira

Dedico estas reflexões a Maria Ofélia, irmã
solidária dos humilhados e ofendidos.

1. Não é fácil o dilema de quem, hoje em dia, se vê confrontado com a tarefa de pensar uma política de assistência para um País como o Brasil. De um lado, uma miséria “de dimensões continentais” — para usar ironicamente um lugar-comum que antigamente definia o nosso sonho de grandeza; de outro, além da convicção praticamente compartilhada por todos de que políticas de assistência não são capazes de romper o círculo de reprodução da pobreza (Sposati e Falcão, 1989:39), a óbvia constatação da ausência de recursos para atender a todo mundo. Como foi colocado recentemente por Pedro Demo: “Basta olharmos criticamente o nosso atual salário mínimo, que não atinge US\$ 100. Objetivamente falando, toda pessoa que ganha tal salário, ‘careceria’ de assistência, tão incompatível é com qualquer padrão de dignidade social” (Demo, 1991:5). Surge, então, a necessidade daquilo que esse mesmo autor chama de “enfocamento”, ou seja: delimitar a população a ser atendida e, dessa forma, assumir um compromisso de atendimento representa-

** Este texto é a versão escrita — revista e espero que melhorada — de minha intervenção oral no Seminário “Política de Assistência Social no Brasil”, promovido pela LBA em Brasília, de 23 a 25 de outubro de 1991. Uma certa oralidade indignada, entretanto, foi propositadamente mantida.*

tivo. Noutras palavras, estamos condenados, nem que seja por um mínimo de realismo, a eleger prioridades. Quais?

Levando-se em conta a vocação histórica da LBA, de um lado, e de outro a própria fragilidade estrutural que caracteriza esses três segmentos, há sinais de que deveriam ser priorizados: o idoso, o deficiente e a criança (Demo, 1991:1) — pobres, naturalmente. A reflexão que quero fazer aqui enfoca este último segmento. Mais precisamente — porque “miséria pouca é bobagem” e assim é melhor ir logo até o fundo do poço —, um contingente que atualmente vive, brinca, ama, odeia e morre nas praças e ruas das grandes cidades do País: falo dos Meninos de Rua.

Mas tanta coisa já foi dita e escrita em torno deles nesses últimos tempos, que o leitor tem todo o direito de se perguntar se já não viu esse filme antes. Com efeito, o que resta ainda dizer a respeito desse assunto? Em termos de indignação, talvez a palavra definitiva tenha sido dada por uma das mais altas autoridades da República, o Procurador-Geral Aristides Junqueira, que depois de assistir ao filme *Guerra dos Meninos* — um documentário sobre o extermínio de menores —, desabafou: “Depois de assistir a este filme, nenhum brasileiro tem motivo de orgulhar-se de nada. Nem o hino nacional, nem a bandeira do Brasil tremulando me emocionam mais” (*Isto É*, 28.08.91). Depois disto, o que resta ainda a ser dito? Juntar mais palavras necessariamente débeis frente ao horror desses meninos perambulando em direção à morte, o que isso significa além de proporcionar ao seu autor o conforto fácil de pôr-se em paz com a própria consciência? Mas é justamente a tentativa de fugir ao conforto fácil da palavra bem intencionada mas pouco eficiente que serve de justificativa para estas reflexões. Isso porque, segundo penso, as políticas e as práticas atualmente em curso sobre esse problema doloroso dos meninos de rua têm muitas vezes se deixado capturar por uma espécie de idealismo irrealista que, aparentemente generoso, termina de fato por condenar-se à irrelevância, ao não encarar de frente toda a crueldade da questão. É isso o que tentarei fazer.

2. O Brasil corre o risco — se é que isso já não aconteceu... — de chegar a esse fim de milênio inscrevendo seu nome entre as nações que, nesse século XX tão contraditório, protagonizaram algumas barbáries dignas de fazer corar a corte de anjos decaídos que, segundo dizem, povoam o inferno. Auschwitz, Hiroshima, Gulag, Napalm, Apartheid — são algumas palavras que evocam as possibilidades mais tenebrosas de que o homem é capaz e que, por isso mesmo, entraram para a história. De

forma desonrosa, é verdade, mas entraram. Pois pode ser que, no futuro, a expressão "A Guerra dos Meninos" — título do documentário que enojou o Procurador-Geral da República e de um livro de Gilberto Dimenstein (1990) —, também faça parte, para nossa desonra, da história. Alguns números trágicos, bem como a sua projeção para um futuro cada vez mais próximo, dão uma idéia da provável bomba-relógio que está sendo cotidianamente armada neste País.

Os números, é verdade, não são precisos nem inequívocos. Mas, quando a imprecisão atinge grandezas que chegam à casa dos milhões, só podemos concluir pela magnitude da realidade por trás deles. Quando a *Isto É* (28.08.91), com base em estudo da Unicef, diz que "pelo menos sete milhões de menores de 18 anos (...) vivem nas ruas das cidades brasileiras", enquanto que a *Veja* (16.10.91), com base em estudo no IBGE, afirma que as crianças que efetivamente vivem na rua, "na linha da marginalidade", são apenas 800 mil, a nossa torcida para que a segunda esteja mais certa do que a primeira se dá por razões puramente administrativas: afinal de contas, é mais fácil resolver o problema de 800 mil do que de 7 milhões de infelizes; mas, do ponto de vista ético, a monstruosidade das duas cifras — sobretudo quando nos damos conta de que elas se referem a crianças — é igualmente insuportável. Isso mesmo sem levar em conta o famoso princípio de Charles Péguy, para quem toda *polis* que compactua com uma só violência individual é uma *polis* maldita...

Mas voltemos aos números. Fiquemos — nem que seja para não cairmos de vez no desespero sem remissão — com a hipótese mais branda: 800 mil, seja. Qual o destino que está sendo reservado para essas criaturas? Uma das hipóteses possíveis é essa que já está se realizando sob os nossos olhos — e mesmo sob os olhos estupefatos do mundo inteiro: o extermínio lento e gradual, mas seguro. Nos últimos três anos, foram 4.611 mortos (*Isto É*, 28.08.91), só considerando as cidades do Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, cidades onde mais se dá esse tipo de ocorrência. E esses números absolutos não dão conta de algo ainda mais sinistro: a progressão verdadeiramente geométrica dessas ocorrências no País inteiro, onde, em maio deste ano, estimava-se que são mortos três meninos de rua por dia (*Veja*, 29.05.91)... Mantida essa performance, nós chegaremos à cifra impressionante de mais de mil crianças assassinadas por ano! E aqui um detalhe a indicar que essa loucura toda está permeada por uma certa razão instrumental: 80% dos assassinados têm entre 15 e 18 anos (*Isto É*, 28.08.91) —

ou seja: as práticas de extermínio voltam-se de preferência para aqueles que, já entrando na idade adulta — muitos deles já tendo transposto definitivamente a “linha da marginalidade” —, tornaram-se, pela própria fatalidade do crescimento físico, mais capazes de infundir medo e, assim, mais expostos ao rancor coletivo decorrente do mal-estar difuso que a sua simples presença provoca...

Uma segunda hipótese sobre o que pode acontecer a esses meninos no futuro consta de um estudo feito no âmbito da Escola Superior de Guerra e que, apesar de divulgado de “forma restrita”, terminou vazando para a imprensa. O documento — intitulado *1990-2000, a década vital por um Brasil moderno e democrático* — constitui certamente o ponto mais alto daquela razão instrumental de que falávamos há pouco. O documento diz o seguinte:

“Se, apenas para conjecturar, supusermos que, hoje, este universo [dos meninos de rua] já seja de uns 200.000 menores (que é um número modesto em face da amplidão das estimativas) temos que no início do próximo século haverá um contingente de marginais, malfeitores e, mesmo, de assassinos de efetivo semelhante ao atual Exército. (...) Ai então, quando às Polícias faltarem condições para enfrentar tal situação, o que é razoável supor que ocorrerá fatalmente, os poderes constituídos Executivo, Legislativo ou Judiciário poderão pedir o concurso das Forças Armadas para que se incumbam do duro encargo de neutralizá-los e, mesmo, destruí-los, para ser mantida a lei e a ordem” (*Jornal do Brasil*, 19.06.91).

Logo no dia seguinte à publicação da notícia, um dos seus autores veio a público esclarecer que não era nada disso; que os termos “neutralizar” e “destruir”, utilizado no documento, fazem parte da linguagem usada normalmente pelos militares, mas que de forma alguma eles queriam dizer “extermínio” (*Jornal do Brasil*, 20.06.91). É bastante duvidoso que alguém tenha acreditado nisso; mas o que é certo é que, à parte as reações indignadas surgidas no calor dos acontecimentos, logo substituídas por outras urgências — dessas que são cotidianamente produzidas por nossa inesgotável crise econômica —, praticamente não se falou mais no assunto. Mas é preciso reabrir o caso.

Eu digo isso não no sentido de repisar o óbvio: essa tragédia não pode acontecer. Mas o problema é que quase ninguém tem dúvidas de que ela acontecerá, se não for desarmada a bomba-relógio em preparação. Num certo sentido — grotesco, sem dúvida —, é isso que estão fazendo os grupos de exter-

mínio, matando os menores à razão de 3 por dia, à medida em que eles vão chegando à idade adulta... Mas, se eu posso me permitir um exercício de humor negro à la Swift — que recomendava aos pobres comer os próprios filhos para matar a fome —, mesmo assim não vai dar para matar todo mundo até o ano 2.000, data fixada no documento para ter início um “Brasil moderno e democrático”... O dilema insuportável que esse humor negro põe a nu deve nos advertir contra a armadilha em que estamos infelizmente enredados: de um lado nós outros, humanistas esclarecidos, a verberar contra a tragédia inominável que é o extermínio cotidiano desses meninos; de outro, silenciosos, os formuladores da nova geo-política brasileira pensando em como “neutralizar e, mesmo, destruir” esse novo inimigo interno. Entre uns e outros, uma opinião pública típica de uma sociedade de massas do quarto mundo que não lê a *Folha de S. Paulo* mas assiste todos os dias ao *Aqui, Agora*. Ou seja: uma opinião pública cada vez mais simpática à idéia de livrar o País desse “incômodo” de uma vez por todas... Do jeito que as coisas vão, as Forças Armadas podem um dia sair às ruas para debelar esse flagelo, não atendendo a um pedido dos poderes constituídos, mas simplesmente respondendo a um clamor da população aterrorizada. Nesse estágio, teremos chegado a um “estado de natureza” hobbesiano que, como se sabe, termina sempre no Leviatã...

3. Mas como sair dessa armadilha? É nesse ponto que retomo a questão do idealismo irrealista sobre que falava no início. Refiro-me ao fato de que as ações e os programas atualmente postos em prática para tratar do problema dos meninos de rua não têm eleito como seu objetivo incontornável o mais óbvio de todos: tirar esses meninos da rua! Assisti-los, ampará-los, protegê-los *nas ruas*, é uma atitude que, a despeito da generosidade corajosa das pessoas que se dedicam a essas tarefas, só irá tornar mais duro o estigma que já pesa sobre eles e reforçar o rancor popular que contra eles se arma neste momento. É preciso insistir nisso: essas crianças e esses adolescentes não podem continuar nas ruas — por eles, por nós, por nossa própria civilização, se é que temos ainda chance de construir alguma.

Por eles porque esses meninos vivem uma situação que é em tudo o contrário do que seria a condição humana de qualquer criança no mundo: seres que podem provocar simpatia, graça, afeto; eventualmente raiva e irritação, é verdade; mas nunca o que eles muitas vezes provocam: medo e repugnância. Eu falo pelo que observo no comportamento das pessoas mas

também pelo que experimento nas minhas andanças pelo centro de uma das metrópoles brasileiras onde esse problema é mais dramático: a cidade do Recife. Quando eu cruzo com esses grupos de meninos perambulando pra lá e pra cá, muitos cheirando cola numa garrafinha de água mineral — alguns chegando mesmo a portar um estilete de vidro na mão —, eu sinto medo. Mas o mais horrível foi o que eu senti um dia desses quando vi um desses meninos, de cócoras numa sarjeta às dez horas da manhã, defecando. Ali, frente ao ato humano mais irredutivelmente privado (tanto que nós o praticamos num lugar chamado justamente de privada...) praticado na via pública, eu senti nojo. O nojo demasiadamente humano que nós só conseguimos superar pelo milagre da paternidade ou quando somos santos. Lendo o que diz Hannah Arendt sobre o drama dos apátridas judeus errando pela Europa dos anos 30 depois de terem sido escorraçados do seu País pelo nazismo, eu me defrontei com a seguinte reflexão acerca dos direitos humanos desses miseráveis: "A primeira perda que sofreram essas pessoas privadas de direito não foi a da proteção legal mas a perda dos seus lares, o que significava a perda de toda a textura social na qual haviam nascido e na qual haviam criado para si um lugar peculiar no mundo. (...) O homem pode perder todos os chamados Direitos do Homem sem perder a sua qualidade essencial de homem, sua dignidade humana. Só a perda da própria comunidade é que o expulsa da humanidade" (Arendt, 1990: 327/331). O drama desses meninos é ainda mais terrível porque, morando na rua já nessa idade, pode-se dizer que eles foram expulsos da comunidade antes mesmo de criarem para si um lugar peculiar no mundo; antes mesmo, finalmente, de fazerem parte da própria humanidade!

Só a insuportabilidade dessa situação existencial já seria bastante para nos impor a todos o dever de tirar esses meninos da rua. Até como um dever de caridade que nós lhes devemos: "Por favor, me leva embora daqui" — foi a súplica lancinante que o jornalista Gilberto Dimenstein colheu de uma menina de rua nas andanças que realizou para escrever o seu livro-denúncia (Dimenstein, 1990:9). No mesmo sentido vão os resultados de uma pesquisa feita pela socióloga Cleide Galiza de Oliveira sobre a trajetória dos meninos de rua do Recife. Num universo de 461 crianças com idade entre 7 e 17 anos, apenas 18,6% disseram ter vontade de continuar vivendo na rua; 70,4% responderam não a essa questão e 10,4% disseram não saber (Galiza de Oliveira, 1989:55). Mas, para além desses números, há outros fatores relacionados à perversa interação

que está se desenvolvendo entre eles e a sociedade circundante que também nos impõem o dever de tirá-los do *no man's land* onde estão — e, assim, é também por nós que temos de honrar esse compromisso. Eu destacaria algumas dessas interações perversidas.

Uma delas tem a ver com a segregação dos espaços públicos. A ocupação diferenciada dos espaços — de acordo com critérios de classe, status, raça, etc. — não é nenhuma novidade. Nem na história do mundo e muito menos na do Brasil. Pobres e ricos, analfabetos e doutores, brancos e pretos não costumam freqüentar os mesmos lugares. Da mesma forma, em toda e qualquer cidade existem os famosos locais “mal-afamados” onde se exercem profissões malditas como a prostituição ou que são apropriados por grupos marginais como ladrões e viciados em drogas. É triste mas no mundo inteiro é assim. Só que o Brasil está inovando essa segregação tão velha quanto a história: hoje em dia, estão se constituindo espaços em que as pessoas comuns do povo — mães de família, trabalhadores honestos, etc. — não vão mais com medo de serem molestadas por... meninos!

Um desses locais é a Praça da Sé — o marco zero de São Paulo —, onde alguns pontos viraram praticamente “território livre” desses garotos e adolescentes (*Folha de S. Paulo*, 10.08.91). Difícil será imaginar perversão maior do que essa. Em todos os tempos, a imagem da criança está sempre associada à necessidade de proteção — dela, criança. Não é por nada que o livro fundamental da civilização judeu-cristã à qual pertencemos, a *Bíblia*, põe tanta ênfase na dívida que pesa sobre a comunidade em relação às viúvas e aos órfãos, exatamente porque são frágeis e não podem ficar abandonados às intempéries da existência. Como suportar uma situação em que as pessoas têm medo — e no fundo começam a aprovar a matança — daquilo que deveriam proteger? Um pecado desse tamanho só se redime com castigo bíblico, daqueles com fogo e enxofre... Mas como dizem que os deuses primeiro enlouquecem aqueles a quem querem destruir, a solução que as pessoas normais estão encontrando é pura loucura: fechar também os seus próprios espaços, de modo que essas crianças não possam ter acesso. É a solução “shopping center”, que já não é mais exclusiva dessas ilhas de abundância cercadas por nossa miséria etíopiana: hoje em dia, também as lojas do centro da cidade têm seus vigias, e nos bares e restaurantes populares os garçons vivem enxotando esses meninos como antigamente se enxotavam moscas.

Uma segunda perversão é talvez uma loucura ainda maior do que a primeira. Ela testemunha a consciência pesada que tomou conta dos governantes frente a uma tragédia que, de tão dolorosa, inibe qualquer ação que tenha uma dimensão repressiva. A palavra é terrível e frente a ela o primeiro impulso de qualquer humanista é o de repulsa. Mas o seu contrário é a loucura em que, por medo dela, estamos todos caindo: permissividade. O exemplo mais escandaloso dessa perversão é quando, literalmente, policiais cruzam os braços e ficam passivamente olhando esses meninos drogando-se na rua com solventes e cola de sapateiro. No Recife eles são chamados de "cheira-cola". Todos os dias de manhã eu mesmo, no percurso do meu trabalho, assisto a um espetáculo que é simplesmente surrealista: frente a uma repartição governamental de assistência aos meninos de rua, aonde eles vão tomar o café da manhã, muitos deles chegam e ficam por ali cheirando a dose matinal de cola numa garrafinha de plástico que trazem consigo. Por perto, policiais, às vezes num furgão, velam para que tudo se passe sem maiores problemas — entre eles mesmos mas também entre eles e os transeuntes que passam apressados lançando olhares raivosos para aquilo tudo... Essa atitude não é exclusiva do Recife: na Praça da Sé em São Paulo, o policial que tenta administrar esse inferno vai aconselhando os passantes pouco advertidos: "Não vá por aqui"... (*Folha de S. Paulo*, 10.08.91).

O absurdo da situação é mais do que evidente. É verdade que se pode — e talvez até se deva — discutir se a droga deve ser ou não discriminizada. Mas, enquanto isso não ocorre, o fato é que o uso de drogas que não o álcool é proibido pela lei, punido pela justiça, combatido pelo Presidente da República — e assim por diante. Mas aquilo que nós, adultos, não temos o direito de fazer, é feito por crianças e adolescentes sob a proteção da força pública! O destino desses drogados precoces, nós todos sabemos qual é: os que conseguirem chegar aos 18 anos vão se defrontar talvez com esses mesmos policiais que hoje os protegem e que lhes dirão: "Não, meu nego, agora não tem mais estatuto do adolescente, não, agora é pau!" É, sem dúvida, o fundo do poço — ou melhor: o fundo da fossa...

4. Certa feita, num seminário com militantes de direitos humanos no Recife, eu ouvi de um deles uma reflexão que considero uma temeridade. A propósito do Estatuto da Criança e do Adolescente, ele dizia que considerava um avanço da cidadania no País uma frase que teria ouvido de um menino de rua dirigida a um policial: "Eu sou de menor e você não pode me bater porque a lei me protege". Muito bem. Polícia, em

nenhum lugar do mundo, deve ter o direito de bater em ninguém. É muitíssimo menos numa criança. Isso é tão óbvio que nem precisa de justificação. É como se qualquer argumento a favor dessa verdade nem devesse ser emitido, para não dar a impressão de que ela precisaria de qualquer coisa em seu apoio que não seja a mais solar evidência. Eu não tenho nenhuma crítica, assim, à frase do menino. Mas me pergunto se o deslumbramento do militante face a ela não esconde o perigo de não ver todo o absurdo da situação: qual seja, a de crianças estarem na rua confrontando-se com a polícia! Não como um caso isolado, eventual, mas como uma situação existencial permanente.

Para não falar dos efeitos perversos disso tudo. Dou um exemplo, ainda mais uma vez extraído da minha experiência pessoal. Uma frase bastante semelhante à do militante eu a ouvi de um vigia de farmácia no centro do Recife. No instante em que saía do estabelecimento, ele me aconselhou a tirar do braco o relógio que estava usando, por causa dos "trombadinhas". E ainda comentou: "Eles são de menor e a polícia não pode fazer nada". Só que isso foi dito não como um reiubilamento, mas num tom de desolação... Dimenstein, no seu livro, reporta uma reflexão semelhante feita por um comerciante de São Paulo: "Ninguém quer que os meninos morram. O problema é que eles não têm solução. A polícia prende, o juiz solta e eles voltam a roubar. E minha loja continua ameaçada. Eu não tenho o direito de ter uma loja?" (Dimenstein, 1990:31).

Encaremos uma das verdades cruéis dessa história: crianças e adolescentes na rua estarão sempre na "linha da marginalidade", porque, até ontologicamente falando, crianças e adolescentes são criaturas indisciplinadas, seres contra a ordem! É por isso — mas isso é tão evidente que eu fico com receio de estar escrevendo uma bobagem... — é por isso que os *nosso* filhos vão à escola, que nós os ensinamos a respeitar os outros, que nós lhes dizemos o que é certo e o que é errado, que nós reprimimos suas travessuras e até mesmo — porque eles são capazes disso — suas malvadezas, etc. Crianças, definitivamente, "não sabem o que fazem". Na rua, eles sempre farão malfeitos...

Acontece que — por uma ação combinada de vários fatores culturais e políticos que não vem ao caso discutir aqui — a geração à qual pertença, que é a mesma geração dos militantes dos direitos humanos, desenvolveu um sentimento libertário que é salutar mas que, levado às últimas conseqüências, confunde autoridade com autoritarismo e, assim, corre o risco

de perder uma noção sem a qual nenhuma comunidade humana sobrevive: a de autoridade legítima. A relação crianças-adultos (pais ou responsáveis) configura um dos espaços onde essa autoridade não pode deixar de ser exercida.

A pensadora Hannah Arendt, que já citei uma vez, tinha como um dos seus maiores talentos a capacidade de enfrentar questões difíceis sem medo e sem perder o bom-senso. Nos ensaios que escreveu sobre a crise da autoridade e da educação no mundo moderno, ela faz uma reflexão que considero luminosa: "O sintoma mais significativo da crise, a indicar sua profundidade e seriedade, é ter ela se espalhado em áreas pré-políticas tais como a criação dos filhos e a educação, onde a autoridade no sentido mais lato sempre fora aceita como uma necessidade natural, requerida obviamente tanto por necessidades naturais, o desamparo da criança, como por necessidade política, a continuidade de uma civilização estabelecida que somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através de um mundo preestabelecido no qual nasceram como estrangeiros". E, vendo o processo em curso de "emancipação" das crianças como uma transposição indevida do que ocorreu com outros segmentos dominados — trabalhadores e mulheres —, Arendt repõe as coisas nos seus devidos lugares: "Os últimos a serem afetados por esse processo de emancipação foram as crianças, e aquilo mesmo que significara uma verdadeira liberação para trabalhadores e mulheres — pois eles não eram somente trabalhadores e mulheres, mas também pessoas, tendo portanto direito ao mundo público, isto é, a verem e serem vistos, a falar e serem ouvidos — constituiu *abandono e traição no caso das crianças*, que ainda estão no estágio em que o simples fato da vida e do crescimento prepondera sobre o fator personalidade" (Arendt, 1972:128, 237-238) — grifei.

É duro dizer isso mas é preciso: de pouco vão adiantar as exortações de Dom Luciano Mendes de Almeida ou da Deputada Rita Camata (e o que é terrível é que essas pessoas não podem dizer senão isso) no sentido de que a sociedade sinta amor e tenha compaixão desses meninos. E muitas pessoas podem até amar e se compadecer de sua situação; isso, em abstrato, até que é fácil. Os franceses inclusive têm uma expressão ótima para esse tipo de sentimento: "humanismo mo'ê"... Mole porque, na frente da televisão, assistindo a um documentário sobre o extermínio desses meninos, é muito fácil e até reconfortante se indignar. Mas, de fato, isso de nada adianta

porque, no concreto, a imensíssima maioria das pessoas simplesmente vai continuar fazendo o que sempre fez: nada.

Esse é um dos grandes haveres negativos do mundo moderno, e do qual nós precisamos estar conscientes: como realçou o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies na sua obra clássica *Comunidade e Sociedade*, as pessoas, no mundo moderno, já não vivem em “comunidade” — ou seja, já não estão ligadas por laços morais ou afetivos —; ao contrário, elas vivem em “sociedade”, que vem a ser uma forma de relações cuja natureza se funda no interesse individual, racional de cada um (Tönnies, 1944). Certo, formas pequenas de comunidade — como a família, os grupos de amigos, as ordens religiosas, etc. — sobrevivem no interior da sociedade moderna, mas de forma marginal e não dominante.

Nós podemos sem dúvida lastimar isso, mas não podemos ignorar essa realidade quando nos deparamos com situações como a presente. Do humilde vigia de farmácia do Recife, ao comerciante de São Paulo, o que as pessoas “normais” cada vez mais querem é se verem livres desse problema. Essas pessoas, todos os dias, percorrem as ruas para ir cuidar da vida ou, no fim da tarde, para voltar à comunidade dos seus lares tentando evitar esses garotos... Quantos, no recesso dos próprios pensamentos, já não começam a se dizer em voz baixa o que algumas pessoas já dizem em público?

Em Porto Alegre, num Encontro Nacional dos Comandantes Gerais da PM, o Coronel Euro de Magalhães, de Minas Gerais, diz o que muita gente está pensando: “Com este Estatuto [da Criança e do Adolescente] os *trombadinhas* podem fazer o que quiserem. Isto é muito bom na Suíça e na Suécia, não aqui” (*Jornal do Brasil*, 20.06.91). No Rio de Janeiro, o Deputado Estadual Samuel Correa prega nada mais nada menos do que o extermínio com frases do tipo: “Vamos fazer esses marginais comerem capim pela raiz” (*Isto É*, 28.08.91). Enquanto em São Paulo o insuperável Coronel Erasmo Dias propõe os germes de um possível totalitarismo em gestação: “Temos de criar campos de concentração” (Dimenstein, 1990:89). Eu próprio, numa das vezes que passei em frente à repartição pública onde os menores cheiram cola sob proteção policial, em Recife, ouvi o eco desse tipo de propostas. Um dos meninos, possivelmente “doidão”, começou a armar a maior arruaça e terminou sendo arrastado para dentro da instituição por um policial. Num dos prédios da vizinhança, junto a mim, um porteiro se pôs a perguntar: “Cadê o ‘esquadrão?’”...

Ainda outro equívoco típico do idealismo irrealista: achar que as pessoas comuns vão agir como age a minoria de pessoas de boa vontade que militam pelos direitos humanos desses infelizes. Não apenas isso não vai acontecer como ainda é preciso — juro que esta é a última “provocação” — levar a sério a preocupação dessas pessoas. Levar a sério não evidentemente no sentido de abonar as soluções que elas — como o porteiro acima citado — começam a aceitar para acabar o problema, mas no sentido de estarmos conscientes de que o sentimento de medo que as pessoas sentem diante desses meninos não é gratuito. Certo, quem conta um conto aumenta um ponto, e todo pesquisador que já se debruçou sobre o problema da violência urbana sabe que com frequência os relatos são exagerados e que “a experiência individual da violência é socializada e ampliada para além dos que a viveram ou viram” (Oliveira e Pereira, 1987:37) — ou seja: sempre, o número de pessoas efetivamente vítimas de episódios de violência é muito inferior ao de pessoas que, expostas às histórias que correm, “simplesmente” têm medo de vir a ser uma delas...

Mas as aspas na palavra simplesmente querem chamar a atenção para o fato de que não se pode desqualificar esse medo. Pode-se — e deve-se — tratá-lo de forma racional, mas nunca ignorá-lo ou fazer como se ele não tivesse bases reais e fosse apenas o fruto da propaganda exterminatória de algumas mentes fascistoídes. Mesmo relatos de pessoas sinceramente comprometidas com a defesa desses meninos, de pessoas que vêm corajosamente denunciando ao mundo o seu extermínio — como é o caso do jornalista Gilberto Dimenstein —, não escondem algumas verdades que é preciso encarar de frente e sem medo: “O resultado da falta de perspectivas, da carência diária, do contato com quadrilhas e, sobretudo, da agressão policial propício a mais violência. Daí surgem menores de alta periculosidade, que lideram bandos que matam a sangue-frio, com os quais o diálogo ou qualquer tratamento terapêutico vai-se tornando praticamente inútil” (Dimenstein, 1990:29). Tal parece ser o caso de Ratomim, um menor de 16 anos que opera no Rio, em Copacabana, e que tem preferência por turistas estrangeiros, a quem ele se dirige nos seguintes termos: “Give me money. No have money, you have problem”. E dá detalhes do seu método: “Enquanto eu falo, seguro uma faca contra o pescoço deles. Aí eles dão o dinheiro e vão embora” (*Isto É*, 25 09.91). Eu acho que temos de fazer desta verdade uma evidência e repeti-la até que ela se torne uma política efetiva: esses

garotos não podem continuar na rua. Mas como, em que condições e para onde eles iriam?

5. Um ponto de honra: repetir as experiências tenebrosas, primeiro do antigo SAM (Serviço de Assistência ao Menor), e depois das FEBEMs, deve estar fora de cogitação. O SAM, criado por Getúlio Vargas nos anos 40, costumava ser classificado pelo jornalista David Nasser em suas históricas reportagens do tempo d'O *Cruzeiro* como "sucursal do inferno"; quanto às FEBEMs — espécie de "sucursais" da FUNABEM —, basta ter assistido ao filme *Pixote* para que qualquer pessoa com um mínimo de sentimento humano rejeite esse tipo de "solução". Campos de concentração, não! Mas o que fazer?

É aqui onde alguns dados podem embasar tanto o nosso realismo quanto o nosso quixotismo. O estudo já citado da socióloga Cleide Galiza de Oliveira contém um dado interessante: "a pesquisa revela que, aproximadamente, 80% dos meninos de rua possuem um estreito vínculo familiar, residindo com parentes próximos e retornando regularmente às suas moradias para dormir". Esse dado, por outra, não é exclusivo do Recife, pois, segundo Ivanir dos Santos, presidente da Associação dos Ex-Alunos da FUNABEM — citado no mesmo estudo —, "se o menor está abandonado é pelo Estado, pois 90% das crianças que estão dentro da FUNABEM têm um responsável; não são abandonadas" (Galiza de Oliveira, 1989:21).

Primeiro ensinamento, então: se a grande maioria dessas crianças tem para onde ir — e lembremo-nos também de que a grande maioria delas quer sair das ruas —, temos de fazê-las voltar para o lugar de onde saíram e, aí, criar as condições para que elas permaneçam e até monitorá-las nesse sentido. Vai ter que ter escola (não precisa ser um CIAC, uma simples sala paroquial resolve...), um espaço para jogar bola (não precisa ser uma quadra, um pequeno terreno baldio já serve...) e, obviamente, comida. Em compensação, elas não terão o direito de ir perambular sozinhas no centro da cidade. Para as outras, as que já perderam o seu "lugar peculiar no mundo" (Arendt), temos de criar espaços de acolhimento, que serão também lugares onde existirá *autoridade*.

Essa enorme tarefa exigirá recursos e gente disposta a cumpri-la. Os recursos, naturalmente, pelo menos em parte, deverão vir do Estado; mas as pessoas que executarão o penoso trabalho de abordar os meninos, ganhar sua confiança, trazê-los de volta para casa ou para um lugar onde eles serão tratados como gente, exercer sobre elas uma autoridade que não seja a de um carcereiro — etc., essas pessoas não deverão ser fun-

cionários públicos, porque essas tarefas exigem um engajamento ético e político para além do mero cumprimento de uma tarefa funcional. Nada contra os funcionários públicos; eu próprio, aliás, sou um deles. Só que as pessoas, normalmente, vão trabalhar no serviço público como poderiam ir trabalhar num outro lugar qualquer: para ter um emprego e ganhar a vida, não para salvar o mundo... Ou seja: para salvar essas crianças, é preciso aquilo que os evangelhos chamam de "homens de boa vontade" — e esses, existem!

Um dos acontecimentos sociológicos mais interessantes nos últimos tempos, no mundo todo e também no Brasil, foi o aparecimento, a partir dos anos 70, das chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs). Para além dos vários motivos que explicam esse fenômeno, o fato dessas organizações terem preenchido o vácuo deixado pelo fracasso da utopia comunista é, no meu modo de ver, um dos mais interessantes, sobretudo pelo fato de que as pessoas que integram essas organizações — "sem fins lucrativos" (Fernandes, 1985) — estão normalmente animadas por um espírito de dedicação ao próximo que as fazem diferentes de um profissional como outro qualquer. Isto é: mesmo quando essas pessoas se profissionalizam, elas não vão trabalhar numa ONG como quem vai trabalhar num banco... No seu conjunto, elas formam aquilo que noutro local chamei de "sociedade civil humanista" (Oliveira, 1991).

Segundo ensinamento: o projeto de retirar esses meninos da rua não é inteiramente irrealista, porque nós dispomos de uma rede "quixotesca" de instituições que poderia se encarregar dessa tarefa. Não sabemos exatamente quantas são por todo esse Brasil, mas tudo indica que são muitas, mesmo só considerando os grupos especificamente voltados para o problema dos menores carentes. Na Região Metropolitana do Recife, por exemplo, o pesquisador Affonso Pereira, trabalhando com entidades cadastradas no CBIA (Centro Brasileiro da Infância e Adolescência) local, listou 250 instituições não governamentais ligadas ao atendimento de crianças e adolescentes (Pereira, 1991). No Rio de Janeiro, Lícia Valladares e Flávia Impelizeri constataram a existência, apenas na região metropolitana, de nada menos de 619 projetos — igualmente não governamentais — de atendimento a menores carentes, entre os quais 39 ligados especificamente a meninos de rua. Projetos tocados por "pessoas serfíssimas, trabalhando muitas vezes como voluntárias ou mal remuneradas. Elas formam um conjunto de agentes sociais da maior importância, que ainda não são reconhecidos e às vezes

são até relegados pela sociedade" (*Jornal do Brasil*, 04.09.91). Ou seja: se a messe é grande, os operários também são muitos, e nós não podemos nos dar ao luxo de desperdiçar toda essa energia. Excesso de otimismo? Mas isso nós só saberemos depois.

6. Mas como, apesar da "morte" do marxismo, nós não podemos fugir das exigências da chamada infra-estrutura econômica, temos de pensar nos recursos que um tal programa implicaria. Eu não sei quantos milhões de dólares seriam necessários para salvar os meninos do Brasil. O que podemos razoavelmente pensar é que um programa desses, graças à rede de pessoas de boa vontade posta à sua disposição, poderia sair relativamente barato. Consideremos, por exemplo, uma experiência concreta. A "Comunidade dos Pequenos Profetas" é uma ONG de Recife dirigida por uma dessas pessoas — que por sinal tem nome bíblico: Demétrius. Essa ONG cuida atualmente de 47 crianças, todas ex-viciadas em cheirar cola, alojadas em duas casas no centro da cidade e mais uma granja na qual as crianças cultivam hortas de onde sai parte do seu sustento. O projeto é financiado por uma instituição filantrópica alemã e o seu custo mensal, a preços de outubro de 1991, era de cerca de 2 milhões de cruzeiros — isto é: a bagatela de pouco mais de 3 mil dólares. Demétrius, que não é um carcereiro, sabe exercer aquela autoridade da qual os adultos não têm o direito de se demitir: as crianças que ele protege e educa são proibidas de cheirar cola... (*Diário de Pernambuco*, 20.10.91). No Rio de Janeiro, o carnavalesco Joãozinho Trinta também toca pra frente um projeto desse tipo. E quantos existem pelo Brasil a fora que sequer conhecemos?

O Estado brasileiro, claro, não pode ficar de fora de um programa dotado da ambição aqui desenhada. Ele tem de municiá-lo de recursos, dar apoio logístico e material através de suas instituições (LBA, CBIA, Ministério da Educação, Polícias, etc.), mas a messe propriamente dita deve ficar a cargo dessa formidável "sociedade civil humanista" de que dispomos, entre outras razões — mas só essa já seria mais do que suficiente — porque o Estado no Brasil é uma entidade perdulária: os 3 mil dólares mensais que Demétrius usa para manter suas crianças, sou capaz de apostar, apenas dariam para pagar os salários dos funcionários encarregados de um projeto desse tipo...

Mas uma outra sociedade civil, a dos empresários brasileiros, também tem de ser convocada. Eles têm o *dever* de colaborar financeiramente e em bases compatíveis com a magnitude do problema. Se eles não entenderem a linguagem da humani-

dade, não tem problema, poderemos lhes falar a linguagem dos negócios: é pela própria segurança dos seus empreendimentos que vocês estão pagando! Até aos países ricos podemos apelar. Existe hoje em dia, no mundo inteiro, o conhecimento do que se passa com os meninos de rua no Brasil. Jornais e televisões da Europa e dos Estados Unidos têm falado desse problema. Existe, assim, uma opinião pública que seria sensível a uma campanha de busca de recursos lá fora. Se as pessoas no mundo inteiro reivindicam o direito de ser responsáveis pela preservação da Amazônia, elas vão ter de ser também responsáveis pela vida dos nossos meninos. Aliás, num mundo cada vez desprotegido pela mesma camada de ozônio, o princípio de Charles Péguy se aplica cada vez mais à humanidade inteira...

Enfim, aqui nós já entramos no domínio das estratégias de ação, o que ultrapassa o objetivo deste texto. Apenas para concluir, eu gostaria de fazer uma última reflexão de ressonância bíblica. Quando Deus enviou os seus anjos vingadores a Sodoma e Gomorra, consentiu, após insistentes pedidos de Abraão, em salvar as duas cidades desde que fossem ali encontrados nada mais do que dez justos... Existem hoje em dia no Brasil muitas pessoas, milhares de pessoas, que estão engajadas na questão dos nossos meninos de rua. São essas pessoas que, por seu engajamento, podem nos salvar do inferno de fogo e enxofre que estamos todos a merecer.

B I B L I O G R A F I A

1. ARENDT, Hannah. Entre o Passado e o Futuro, São Paulo. *Perspectiva*, 1972.
2. ————. As Origens do Totalitarismo, São Paulo. *Companhia das Letras*, 199-
3. DEMO, Pedro. Assistência Social como Direito da Cidadania, Brasília, mimeo, 1991.
4. DIMENSTEIN, Gilberto. A Guerra dos Meninos, São Paulo, *Brasiliense*, 1990.
5. FERNANDES, Rubem César. "Sem Fins Lucrativos", in Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, n. 15, julho de 1985.
6. OLIVEIRA, Cleide de Fátima Galiza de. Se Essa Rua Fosse Minha — Um estudo sobre a trajetória e vivência dos meninos de rua do Recife, Recife/Brasília, Fundação Joaquim Nabuco/ UNICEF, 1989.
7. OLIVEIRA, Luciano. Images de la Démocratie: le thème des Droits de l'Homme et la pensée politique de gauche au Brésil, tese de doutorado em sociologia política, submetida à Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris, 1991.
8. OLIVEIRA, Luciano e PEREIRA, Affonso. "A Violência Urbana", in SYMPOSIUM, Rev. da Universidade Católica de Pernambuco, v. 29, n. 2, 1987.
9. PEREIRA, Affonso. Cadastro de Entidades Não-Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente na Região Metropolitana do Recife, Recife, IDEC (Instituto de Estudos da Cidadania), mimeo, 1991.
10. SPOZATI, Aldaiza e Falcão, Maria do Carmo LBA — Identidade e Efetividade das Ações no Enfrentamento da Pobreza Brasileira, São Paulo, EDUC, 1989.
11. TONNIES, Ferdinand. Communauté et Société, Paris, PUF, 1944.

